

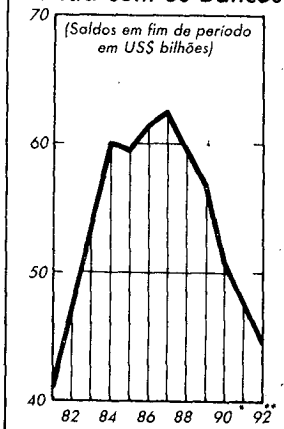
Marcílio fecha acordo

por Claudia Safatle
de Washington

"O ministro Marcílio Marques Moreira e sua equipe representam hoje uma ilha de credibilidade no contexto político brasileiro." Com essas palavras o chefe de gabinete do ministro da Economia, José Gregori, resumiu aos funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), em reunião na noite de sábado último, a situação da equipe econômica, hoje. Nesse aspecto, ressaltou a importância de que tanto o Fundo quanto os bancos credores continuem apoiando Marcílio, através da conclusão do acordo de reestruturação da dívida externa brasileira, de US\$ 44 bilhões com os bancos privados, e manutenção do acordo "stand-by" com o FMI, hoje suspenso pelas dificuldades políticas do País.

A segunda etapa do acordo com os bancos privados — a elaboração da "term

Dívida com os Bancos



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
* Dívida registrada excluindo os bancos brasileiros.
** Estimativa

sheet" — já está concluída, mas o ministro da Economia não faria o anúncio formal da finalização desse documento já.

Hoje, segunda, o ministro deverá, também, assinar mais dois acordos bilaterais de reestruturação

GAZETA MERCANTIL

das dívidas oficiais no âmbito do Clube de Paris, com o governo dos Estados Unidos e do Canadá, num total de mais de US\$ 1,5 bilhão de débitos reescalados. Assinará, também, a primeira operação de co-financiamento do governo japonês ao Brasil desde 1985. Esse contrato, embora represente apenas US\$ 50 milhões de co-financiamento japonês para montante equivalente de empréstimo do Banco Mundial, destinados a projetos de controle da poluição que serão feitos por intermédio do BNDES, teria, assim, um significado político para Marcílio.

Na reunião com o FMI no sábado estavam, representando o Fundo, o diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental, Sterie Beza, e o diretor da Divisão do Atlântico, José Fajgenbaum, além de outros técnicos que compõem a missão que negocia com o Brasil. Do lado brasileiro estavam o presidente do Banco Central, Francisco Gros; o negociador da dívida, Pedro Malan; o secretário de Planejamento, Pedro Parente; e o coordenador de

(Continua na página 2)

O ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, passou o final de semana em Washington em busca de apoio do governo norte-americano para evitar que os bancos credores

frustrem as expectativas de seu país de conseguir uma redução substancial na dívida externa.

(Ver página 2)

• Reunião do FMI/Banc

Marcílio fecha acordo

GAZETA MERCANTIL

por Claudia Safatle
de Washington

(Continuação da 1ª página)

política fiscal do Ministério da Economia, Fábio Barbosa, além de Gregori.

Beza estava especialmente interessado no desenrolar do processo de "impeachment" do presidente da República, Fernando Collor de Mello, principalmente quanto ao prazo desse processo. Gregori respondeu que o desfecho da crise deverá dar-se no mais tardar em vinte dias, "com estrita obediência ao ritual das instituições democráticas".

A equipe brasileira insistiu que a crise política não teria afetado a credibilidade de Marcílio. Gregori ressaltou a importância de os organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, continuarem apoiando Marcílio, simultaneamente à finalização da "term sheet" com os bancos privados.

Selado o segundo passo do acordo com os bancos credores, ainda serão gastas umas três semanas para a tradução da "term sheet" para o português e seu encaminhamento para apreciação do Senado Federal. Somente depois de aprovado pelo Senado é que o documento será encaminhado a cada um dos mais de seiscentos bancos credores, com quatro cartas anexadas: uma do FMI, outra do Banco Mundial, além de uma carta do comitê de bancos e de Marcílio — todas recomendando a adesão dos bancos ao acordo. As cartas do FMI e do BIRD serão prudentes.

Há, tanto no FMI quanto no Banco Mundial, o temor de que o desfecho da crise política no Brasil e a eventual substituição do presidente Collor de Mello pelo vice-presidente Itamar Franco não sejam suficien-

tes para fazer andar as reformas estruturais necessárias para a estabilização da economia e redução da inflação. "A solução para o Brasil é política e não econômica", disse a este jornal um dos interlocutores do governo brasileiro no Fundo, "e como tal ela tende a se arrastar por mais tempo", receia essa fonte.

A expectativa do Fundo, e essa seria uma das razões para a preocupação de Sterie Beza quanto a prazos para o fim da crise política, é de que o governo brasileiro retome as conversas com o FMI em torno das metas do acordo "stand-by" o mais rápido possível. A tendência da renegociação com o Fundo seria esquecer este segundo semestre e jogar o acordo por mais seis meses após a data inicialmente marcada para encerrar, em agosto do próximo ano. Essa seria uma forma de contornar o "vácuo" do acordo nesses meses, reestruturar as metas e dar um prazo maior para o País arrumar sua economia. Assim, seriam criadas as condições para os desembolsos do FMI, necessários para compor as garantias do acordo com os bancos privados.

BIRD

Marcílio assinou ontem um contrato de financiamento do Banco Mundial, no valor de US\$ 167 milhões para o Estado de Rondônia. Na solenidade, ouviu do vice-presidente do banco, Saïd Hussein, manifestação de "profunda admiração por você e sua equipe e espero que seus esforços de controle da inflação venham a produzir frutos do futuro", disse Hussein a Marcílio.

O financiamento para o governo de Rondônia será utilizado para proteção da floresta, salvaguardar a biodiversidade e proteger a população indígena.

Efeito da recessão mundial

por Claudia Safatle
de Washington

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, em pronunciamento feito no sábado durante reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), disse que o crescimento sustentável das economias industrializadas "é de crucial relevância" para o sucesso do ajustamento que os países em desenvolvimento estão realizando.

O déficit orçamentário e o lento progresso na liberalização comercial dos países industrializados estaria formando um ambiente desfavorável, de incertezas, que trará impactos negativos para o mundo em

desenvolvimento que, "com disciplina e determinação, tem perseguido o difícil caminho em direção à estabilização com reformas estruturais".

DIREÇÃO EXECUTIVA

Até amanhã o ministro da Economia, deverá anunciar o nome do ex-ministro da Infra-Estrutura, João Santana, como o escolhido pelo governo brasileiro para assumir a direção executiva do Banco Mundial, cargo que representa, além do Brasil, também as Filipinas, Colômbia e Suriname, entre outros países.

O nome de Santana teria sido submetido à consideração do governo das Filipinas e da Colômbia, que não ofereceram resistência.